

# Promotora tenta barrar acordo do diesel

## Ministério Público Estadual pede revisão de acordo que adiou por 4 anos fornecimento de combustível mais limpo

**Promotor do Meio Ambiente de São Paulo quer incluir órgão em ação judicial para defender diesel menos poluente em 2009**

RICARDO SANGIOVANNI  
AFRA BALAZINA  
DA REPORTAGEM LOCAL

Insatisfeito com o acordo firmado na semana passada entre o Ministério Público Federal, a Petrobras e as montadoras de veículos e que adiou por quatro anos o início do fornecimento de diesel mais limpo para a fro-

ta brasileira, o Ministério Público Estadual pediu ontem a revisão do termo antes que ele seja homologado pela Justiça.

Para tentar interferir na decisão, o promotor José Eduardo Ismael Lutti, do Meio Ambiente, solicitou ao juiz José Carlos Motta, da 19ª Vara Cível Federal de São Paulo, a inclusão da Promotora como parte da ação movida contra a ANP (Agência Nacional de Petróleo) e a Petrobras para o fornecimento do diesel menos poluente a partir de janeiro de 2009.

A ação foi movida inicialmente pelo MPF e pelo Estado

de São Paulo, que atualmente aceitaram o acordo. Lutti diz ter “legitimidade concorrente” com o MPF e pretende interferir no acordo sob a justificativa de que o paulistano é o que “mais sofre as consequências da contaminação do ar pelo excesso de enxofre” no diesel.

Normalmente, quando ocorre acordo judicial, o juiz faz só um exame formal do documento e o homologa. O MPF disse ter enviado o acordo ao juiz na sexta-feira, mas ontem o documento ainda estava em estudo.

O que está em jogo é o cumprimento da resolução 315 do

Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), de 2002, que previa para janeiro de 2009 a redução do teor de enxofre do diesel no país para 50 partes por milhão. Hoje, são 500 ppm nas regiões metropolitanas e 2.000 ppm nas demais. Também em 2009 estava prevista a fabricação de veículos com motores menos poluentes.

Entretanto, Petrobras e montadoras alegaram que não teriam como atender à norma.

Com o acordo, o governo federal e o MPF abriram mão da resolução. Apenas os ônibus de algumas regiões metropolita-

nas (entre elas a de São Paulo) usarão o novo combustível, de acordo com um calendário estabelecido. No interior passa a valer em 2009.

Para o secretário municipal do Verde e do Meio Ambiente, Eduardo Jorge, o acordo foi “lamentável”. “Ele dá uma licença para a Petrobras, a ANP e a Anfavea [associação das montadoras] continuarem poluindo. Era isso que elas queriam.”

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou na sexta que não está “contente” com a situação. Entretanto, segundo ele (que há dois meses

disse que a resolução teria de ser cumprida “de qualquer jeito”), “no ponto em que chegou, o que aconteceu foi o melhor que poderia ter acontecido”.

“Se comparar o quadro que tinha quando eu cheguei, de omissão generalizada, a gente conseguiu evitar uma grande lambança ambiental e uma grande lambança social que ia ser fechar oito fábricas, demitir 10 mil pessoas e eles [Petrobras e montadoras] não tomarem as medidas que terão de tomar por conta do acordo judicial.”